

## DO ESTUDO DE GRUPOS AO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONTRIBUIÇÃO POSSÍVEL DA PSICOLOGIA<sup>1</sup>

Almir Del Prette *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto*

**RESUMO** - O presente artigo defende a inserção dos movimentos sociais (MS) como objeto de pesquisa na Psicologia. Aborda a importância de intercâmbio entre as ciências aparentadas para a compreensão de um objeto comum, tomando como exemplo os MS e as disciplinas Sociologia, Antropologia e Psicologia em suas especificidades. Sugere-se que a contribuição da Psicologia ao estudo dos MS poderia tomar a questão grupal como núcleo temático na análise das relações internas e externas desses movimentos.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, interdisciplinaridade nas ciências sociais, objeto de estudo da Psicologia.

### FROM GROUP STUDY TO SOCIAL MOVEMENTS STUDY: THE POSSIBLE CONTRIBUTION OF PSYCHOLOGY

**ABSTRACT** - The present paper supports the insertion of social movements as a research subject in Psychology. It approaches the importance of the interchange between the related sciences to an understanding of a common subject, taking as example the social movement and the disciplines Sociology, Anthropology and Psychology in their specialities. It is suggested that the contribution of Psychology to the social movements study would take the group question as thematic nucleus for the analysis of internal and external relations of such movements.

**Key-words:** social movements, interdisciplinarity in social sciences, Psychology's subject matter.

A compreensão mais aprofundada sobre certos fenômenos psicossociais parece indicar a necessidade de intercâmbio e contribuição de diferentes áreas de conhecimento. A originalidade e especificidade que delimitam pontos fronteiriços entre as ciências, sob muitos aspectos, não se sustentam como auto-suficientes, em

1. Versão modificada do trabalho apresentado no 2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia). Gramado (RS), abril de 1989.

Endereço: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, CEP 14049 - Ribeirão Preto, SP.

termos da construção de modelos amplos que dispensem, ainda que indiretamente, o concurso advindo de áreas afins (Del Prehe, 1990b).

A noção de especificidade refere-se à distinção entre uma ciência e outra. Tal distinção se revela através dos diferentes procedimentos observacionais da realidade e de sistemas próprios de conceitos ou categorias que possibilitam a diversidade de análise.

A conceituação de níveis de análise, por outro lado, diz respeito às diferenças operatórias entre as ciências. Em outras palavras, significa que um mesmo objeto pode ser estudado sob diferentes perspectivas e apreendido por técnicas de análise distintas ou complementares.

Apesar da especificidade e da originalidade que conferem às ciências um *status* e um valor, em geral elas possuem pontos convergentes que podem ser determinados tanto por sistemas teóricos quanto pelo seu objeto. Por exemplo, conquanto os fenômenos biológicos apresentem leis próprias de sua biologia, são também regidos pelas leis dos fenômenos químicos e físicos. Essa sobreposição estabelece pontos convergentes entre as ciências biológicas e químicas.

### **Psicologia e Sociologia**

Deslocando as questões acima para a área social, e tomando-se, por exemplo, a Psicologia Social e a Sociologia, pode-se afirmar que os pontos de contato entre essas disciplinas extrapolam suas definições formais. Na perspectiva da Psicologia, o indivíduo não deve ser considerado separadamente das estruturas sociais sob pena de se incorrer em um reducionismo contraproducente. Por outro lado, a visão da Sociologia, como aponta Touraine (1976), é a de que as duas ordens da realidade social - a dos comportamentos e das estruturas - devem ser analisadas conjuntamente por essa disciplina.

Em outras palavras, Psicologia e Sociologia *trabalham* com elementos indissociáveis da realidade, ainda que cada uma delas encontre níveis específicos de análise próprios de seus sistemas teóricos.

Certos *objetivos*, ou *campos* de pesquisa, situam-se, portanto, no domínio de diferentes ciências, podendo criar condições de intercâmbio entre elas.

Além disso, algumas ciências, na busca de uma maior profundidade e extensão de análise sobre um objeto próprio, podem necessitar do concurso de outras. Nesse caso, Sociologia, Biologia, Antropologia, etc, necessitam da chamada *matemática do homem*, as ciências jurídicas se utilizam da História, e assim por diante.

Os movimentos sociais (MS) constituem tema no domínio de várias ciências e provavelmente poderão desempenhar um papel relevante para uma maior proximidade entre elas, em particular, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia.

### **Os movimentos sociais**

O interesse pelo tema MS, em sua história, emigrou inicialmente das ciências jurídicas e Sociologia para a Psicologia graças à contribuição de Gabriel Tarde e de Gustave Le Bon, ambos franceses. Tarde (1890) interessou-se pelo estudo do

comportamento coletivo a partir de sua experiência como juiz, quando procurava compreender a criminalidade enquanto fenômeno social. Sua explicação sobre as ações de massa tinha, como conceitos fundamentais, a imitação ao modelo e a influência exercida pela propaganda. Em relação a Le Bon (1981), a sua teoria da mente coletiva (*crowd mind theory*) partia do pressuposto de que o indivíduo, inserido no aglomerado humano, perde a individualidade, comportando-se de forma irracional, primitiva e perigosa na medida em que assume a "alma da multidão". Os estudos de Le Bon<sup>2</sup> tornaram-se referência obrigatória e influenciaram aqueles que se interessaram pelo assunto, mesmo autores clássicos como Freud (1945), Blumer (1975) e Smelser (1963), entre outros.

Pode-se dizer que Tarde e Le Bon foram os precursores de uma tradição, juntamente com Sighele (1901), que considera a ação coletiva despojada de seu conteúdo de classe e que tende a situá-la no campo da irracionalidade ou do desvio.

Não obstante o termo MS ter surgido por volta de 1840, conforme Scherer-Warren (1987), a distinção entre diferentes ações coletivas foi explicitada somente após os estudos de Le Bon. Toch (1965) toma os MS como uma subclasse do comportamento coletivo qualificando-o em termos de "esforços realizados por um grande número de pessoas na resolução de problemas comuns" (p. 5). A partir de 1940, aproximadamente cem anos depois do surgimento do termo, alguns autores, entre eles Touraine, passaram a defender uma Sociologia voltada para o estudo dos MS, abrindo caminho para uma ênfase do tema no âmbito dessa ciência.

As definições de MS na Sociologia e na Psicologia diferem quanto à ênfase no aspecto *social* e no *psicológico*, como seria de se esperar. Em Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986, p. 707) os movimentos sociais

se constituem tentativas, fundadas em conjunto de valores comuns, destinadas a definir as formas de ação social e influir em seus resultados.

Já Tajfel (1978, p. 46) refere-se a eles como

um esforço realizado por um grande número de pessoas que se definem e são frequentemente definidas por outras como um grupo, para resolver coletivamente problemas que elas sentem ter em comum e que são percebidas como emergindo de suas relações com outros grupos.

Entre alguns pontos comuns às definições pode-se identificar a idéia de *coletividade* e de *mudança*. Tais definições relacionam-se aos níveis de análise de cada disciplina e direcionam diferentes perspectivas na apreensão desse objeto através da distintividade própria de cada área.

De várias maneiras, grande parte dos estudos na Psicologia sobre o comportamento coletivo (McDougall, 1920; Hovland e Sears, 1940; Bettelheim, 1943; Freud, 1945; Milgran e Toch, 1969; Guimond e Dubé-Simard, 1983) tem, como base, as noções e teorias de personalidade<sup>3</sup> e extrapolam o alcance dos conceitos

2. As obras de Le Bon têm recebido contínuas reedições, na França e em outros países. O leitor poderá dispor de uma edição em português de *Psychologie des Foules* em formato de bolso, pela Publicações Europa-América, s.d. e em espanhol, através da Ediciones Morata, 1986.

3. Como exceção pode-se destacar o trabalho de Cantrill (1969) que utiliza conceitos psicossociais e de grupos de referência.

psicológicos sobre o indivíduo na explicação da gênese e organização das massas. Como por exemplo, pode-se destacar os conceitos tais como instinto gregário, empatia recíproca primitiva, identificação, suscetibilidade, frustração-agressão, contágio, projeção, etc.

Muito embora o quadro teórico sobre MS, na Psicologia, seja amplo, não se pode negar que o mesmo foi construído quase que independentemente da cumulatividade de dados sobre o fenômeno que facilitaria articulações e complementaridade conceituais.

### **Os novos movimentos sociais no país**

A partir dos anos 70, o tema em questão começou a alcançar uma aceitação crescente na produção de pesquisa em ciências sociais no país. As primeiras publicações surgiram, conforme Telles (1987), entre 1978 e 1979. Tais trabalhos se ancoraram em um campo delimitado por categorias relacionadas ao significado político do objeto. A autonomia, como prática popular, o urbano, como espaço de emergência, as novas contradições, decorrentes da insuficiência de atendimento da reprodução da força de trabalho, e o conflito com o Estado, eram temas próprios para a análise do que se convencionou denominar de novos movimentos sociais, ou simplesmente, movimentos sociais urbanos (MSU).

Como ponto interseccionado entre a Sociologia e a Antropologia, os MSU foram tomados em duas perspectivas mais gerais: a vertente sociológica, que o considera enquanto ação reivindicativa, priorizando-se a análise desta em conflito com o Estado; e a vertente culturalista, que tem como primazia certos aspectos no interior do movimento como, por exemplo, as relações de vizinhança, a comunicação, a ajuda mútua, etc.

As principais críticas ao referencial analítico dessas vertentes apontam para a sua insuficiência explicativa (Jacobi e Nunes, 1984) ou para a contraditoriedade entre categorias de análise e achados empíricos (Cardoso, 1983). Além disso, alguns autores (Nunes, 1986; Cardoso, 1987; Kowarick, 1987) reafirmam a dificuldade de se sustentar, na análise, a posição do Estado como inimigo *apriorístico* dos MS pois, frequentemente, a política de serviços implementada pelos órgãos do Estado cria expectativas de demanda que podem facilitar a emergência da ação coletiva. Por outro lado, Cardoso (1987), embora reconhecendo os avanços propiciados pela abordagem culturalista, questiona a falta de aprofundamento na análise das diferenças entre grupos no interior dos MS.

Considerando a dificuldade relativa na composição de um referencial mais abrangente de análise dos MS, a possibilidade de intercâmbio entre a Sociologia e a Antropologia tem sido sugerida por alguns autores (Durham, 1984; Nunes, 1986); outros (Melucci, 1980; Donati, 1984) reconhecem que a Psicologia, igualmente, poderia contribuir com o seu nível de análise na compreensão dos MS.

### **O grupo como núcleo temático**

Não se esperaria que os autores que fazem referência à possibilidade da contribuição da Psicologia na análise dos MS apontassem ou delimitassem o campo espe-

cífico do objeto ao qual esta poderia/deveria se dedicar. Considerando-se que, historicamente, os *movimentos sociais* são recorrentes como tema na Psicologia, cabe a esta definir o seu próprio campo de atuação.

A análise, ainda que não totalmente exaustiva, da literatura socioantropológica sobre os MS no país, identifica algumas questões não resolvidas nos estudos. Dentre essas questões, uma se coloca como ponto interseccionado entre essas disciplinas e a Psicologia. Ao que se referem Boschi e Valladares (1982), Doimo (1984), Doimo, Doxsey e Beling Neto (1986) e Cardoso (1987), a questão de grupos no interior do movimento, e de sua dinâmica, parecem ser de muita importância para o aprofundamento do estudo da ação coletiva. Há que se considerar, ainda, que algumas temáticas ou problemas podem, ao passar de uma disciplina para a outra, adquirir novas dimensões e, às vezes, explicações originais.

Mas o grupo não é meramente um evento social, a ser explicado apenas pela Sociologia. O grupo é, antes de tudo, ou em sua essência, um fenômeno psicológico. Participar de um grupo implica em uma percepção de pertença, de similaridade e de diferenciação (Tajfel, 1978; Tajfel, 1981; Tajfel, Flament, Billig e Bundy, 1971; Oakes e Turner, 1986) que, em grande parte, determina as relações entre as pessoas. Implica, também, em uma avaliação de si e dos outros que afeta a auto-estima e auto-imagem.

A importância do grupo enquanto fenômeno psicológico no interior das ações coletivas pode ser ilustrada por dois estudos. Em um estudo sobre uma rebelião popular ocorrida na Inglaterra (Bristol), Reicher (1984) analisa as relações entre aquele movimento e outros segmentos sociais em termos intergrupais. Os dados obtidos nesse estudo permitiram caracterizar aquele episódio popular como um fenômeno de grupo. Além disso, Reicher, com base nas noções de formação de grupo da teoria da identidade social, rejeita os constructos de Le Bon e a visão negativa sobre o comportamento da massa. Embora a questão grupai não se constituisse o núcleo de sua análise, ela possibilitou a descrição das relações e a utilização de categorias explicativas bastante promissoras na explicitação da gênese e conteúdo das ações coletivas. Um outro estudo (Del Prette, 1990a), focalizando o movimento de desempregados de São Paulo a partir da perspectiva da sua estrutura e dinâmica, permitiu constatar que o movimento se fracionava em subgrupos, não apenas em decorrência de sua estratégia organizativa, mas, principalmente, de relações intergrupais prévias entre seus participantes. Tais subgrupos ligavam-se a outros grupos, externos ao movimento, como CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), núcleos do Partido dos Trabalhadores, etc, formando uma rede de relações que influía na direção das decisões coletivas. Observou-se, também, que as ameaças externas, providas de outros segmentos, diluíam as fronteiras dos subgrupos, fortalecendo interações cooperativas e enfraquecendo as competitivas. Na medida em que a relação do movimento com outros segmentos era não conflitiva, a composição dos subgrupos reaparecia. Os dados desse estudo permitiram uma análise da gênese, trajetória e dispersão do movimento, bem como da sua estrutura e dinâmica interna e externa.

A escolha do núcleo temático *grupo* abre amplas possibilidades de análise. Questões como a formação grupai, relações intra e entre grupos, cooperação e competição, objetivos de grupo *versus* de indivíduo, filiação, identidade individual e social e diferenciação entre grupos, etc, são categorias que podem desvelar aspectos da dinâmica interna e externa dos movimentos sociais. Por outro lado, conflito com o

Estado, autonomia, negociação, etc, tomados como relações entre grupos e categorias sociais podem ser estudados mediante o emprego de metodologia sobre processos grupais e teorias derivadas.

Esses elementos conferem à Psicologia o seu lugar e estatuto no estudo das ações coletivas, embora não exclua as *causas sociais* dessas ações. Não se trata, como reafirma Moscovici (1990), da escolha de uma causalção, se subjetiva ou social, na explicação do fenômeno coletivo, mas na busca de suas interações.

A perspectiva de grupo, aqui defendida, poderia, portanto, representar uma alternativa para a retomada dos estudos sobre MS. Dado o caráter de novidade com que o tema irrompe no cenário político atual e, conseqüentemente, pela excitação provocada em outras ciências, tal retomada poderia se tomar, por extensão, um sopro renovador no âmbito da Psicologia Social.

## REFERÊNCIAS

- Bettelheim, B. (1943). Individual and mass behavior in extreme situations. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 38, 417-452.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1986). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Boschi, R. R., & Valadares, L. P. (1982). Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço e Debates*, 8, 64-77.
- Blumer, H. (1975). Social problems as collective behavior. Em A. R. Lindesmith (Org.). *Readings in Social Psychology*. Hinsdale Ill: Dryden Press.
- Cantrill, H. (1969). *Psicologia de los movimientos sociales*. Madri: Euramérica S. A.
- Cardoso, R. (1983). Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. Em M. H. Tavares de Almeida (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense.
- Cardoso, R. (1987). Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3, (1), 27-37.
- Del Prette, A. (1990a). *Movimentos sociais em uma perspectiva psicológico-social: o movimento de luta contra o desemprego*. Tese de doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Del Prette, A. (1990b). Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1, 36-39.
- Doimo, A. M. (1984). *Movimento social urbano, igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes.
- Doimo, A. M., Doxsey, J. R., & Beling Neto, R. A. (1986). Os novos movimentos sociais - teoria e prática. *Ciências Sociais, Hoje*, 8-36.
- Donati, P. R. (1984). Organization between movement and institution. *Social Science Information - Sur les Sciences Sociales*, 23, 415, 837-859.
- Durham, E. (1984). Movimentos sociais - a construção da cidadania. *Novos Estudos - CEBRAP*, 10, 24-30.
- Freud, S. (1945). *Group Psychology and analysis of the ego*. London: Hogarth Press.
- Guimond, S., & Dubé-Simard, L. (1983). Relative deprivation theory and the Quebec nationalist movement: the cognition-emotion distinction and the personal-group deprivation issues. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 526-535.

- Hovland, C. F., & Sears, R. R. (1940). Minor studies in aggression. VI: Correlation of lynching with economic indices. *Journal of Psychology*, 9, 301-310.
- Jacobi, F., & Nunes, E. (1984). Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática. *Espaço e Debates*, 10, 61-77.
- Kowarick, L. (1987). Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3, (1), 38-50.
- Le Bon, G. (1981). *La Psychologie des Foules*. Presses Universitaires de France, Paris. (Original de 1895).
- Le Bon, G. (1986). *Psicologia de las masas*. Madri: Ediciones Morata, S. A.
- Le Bon, G. (s.d.). *Psicologia das multidões*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- McDougall, W. (1920). *The group mind*. New York: Cambridge University Press.
- Melucci, A. (1980). The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information - Surles Sciences Sociales*, 19,2, 199-226.
- Milgran, S., & Toch, H. (1969). Collective behavior: crowds and social movements. Em G. Lindzey, & E. Aronson (Orgs.). *Handbook of social Psychology*. (Vd. 4). Cambridge: Addison-Wesley Publishing.
- Moscovici, S. (1990). *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Nunes, E. (1986). Movimentos urbanos e reivindicações populares. *Ciências Sociais, Hoje*, 37-52.
- Oakes, P., & Tumer, J. C. (1986). Distinctiveness and the saliense of social category memberships: is there an automatic perceptual bias towards novelty? *European Journal of Social Psychology*, 16, 325-344.
- Reicher, S. D. (1984). The St. Paus riot: an explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. *European Journal of Social Psychology*, 14, 1 -21.
- Sighele, S. (1901). *La foule criminelle*. Paris: Alcan.
- Smelser, N. J. (1963). *Theory of collective behavior*. New York: Free Press.
- Scherer-Warren, I. (1987). *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Tajfel, E. (1978). *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. New York: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Flament, C, Billig, M., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 148-178.
- Tarde, G. (1890). *The laws ofimitation*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Telles, H. (1987). Movimentos sociais: reflexões sobre uma experiência do anos 70. Em I. Scherer-Warren, & P. J. Krischke (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- Toch, H. (1965). *The social psychology of social movements*. Londres: Methuen & Co. Ltda.
- Touraine, A. (1976). *Cartas a uma jovem socióloga*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido em 02/05/90.